

Estilhaços de língua: variação e *apartheid* sociolinguístico no português brasileiro

Shreds of language: variation and sociolinguistic apartheid in Brazilian Portuguese

Raulino Batista Figueiredo Neto*
raulnetto1@yahoo.com.br
Universidade do Estado da Bahia

RESUMO: No presente artigo, pretendemos tratar de questões caras às discussões sociolinguísticas empreendidas no Brasil, aí incluindo-se os preconceitos materializados nos julgamentos em torno das variedades linguísticas do português no Brasil. Dentro desta perspectiva, portanto, propomo-nos a discutir norma padrão, variação linguística e linguicismo como os eixos constitutivos da segregação social, cultural e linguística. Além disso, trataremos das questões atinentes ao pluricentrismo da língua portuguesa e na conseqüente heteroglossia. Em igual medida, serão analisadas as condições em torno das quais a escolha de uma norma padrão determina a entronização da noção monoglóssica de língua, isto é, da determinação de uma variante *standard* em detrimento de quaisquer possibilidades de uso linguístico.

PALAVRAS-CHAVE: Variação. Norma padrão. Uso linguístico.

ABSTRACT: In the present article we aim to discuss some of the important aspects related to the Brazilian sociolinguistics field, in which we may include all sorts of biases against non-standard varieties of Brazilian Portuguese. With this in mind, we intend to discuss standard language, language variation and linguicism, as constituting axes of social, cultural and linguistic segregation. In addition, we will reflect upon issues related to the Portuguese language pluricentrism as well as its resulting heteroglossia. Likewise, we will analyze the conditions around which the choice for a standardized language sets the entronement of a monoglossic notion of language, that is, of the establishment of a single standard variety at the expense of any other linguistic uses.

KEYWORDS: Variation. Standard language. Linguistic use.

* Mestre e doutorando em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia.

Introdução

Iniciamos nossas considerações recorrendo a algumas asserções fundamentais para o processo de compreensão do fenômeno da variação linguística no Brasil e da instituição daquilo a que Lucchesi (2015) vem a chamar de *polarização sociolinguística*¹: “[...] qualquer língua humana viva admite formas diferentes de dizer a mesma coisa, o que a ciência da linguagem denomina *variação linguística*” (LUCCHESI, 2015, p. 14; ênfase do autor); “[...] para ensinar a norma culta, não é preciso negar a identidade cultural do aluno e discriminar aqueles que fazem parte de seu universo cultural, como seus pais e avós” (LUCCHESI, 2015, p. 14).

É, por conseguinte, a partir das afirmações de Lucchesi, que trazemos para a cena dois elementos fundantes para a questão da polarização e de seus desdobramentos na seara social, isto é, a noção de *variação linguística* e a de *norma padrão*. Tendo em vista que a variação linguística se encontra intrinsecamente relacionada aos contextos históricos, geográficos e socioculturais, é factível admitirmos, também, que a *heteroglossia* constituída a partir dos diversos contextos de formação da língua portuguesa encontra-se diametralmente oposta aos ditames da noção *monoglossica* de norma padrão.

Esse uso padrão e tradicional, variante de prestígio revelada na fala de indivíduos com alto grau de escolarização, dissocia-se de modo flagrante da norma popular, variante relacionada aos estratos de menor escolarização da sociedade e, portanto, fadada à derrisão e caricaturização². Nesse sentido, o que temos nesse contexto é, por um lado, a entronização da norma culta e de seus doutos falantes e, por outro, a determinação da variante popular como a língua de rotos e ignorantes. Por esse viés, é possível nos associarmos à afirmação de Lucchesi (2015) que pontua:

A construção das representações ideológicas da língua no Brasil se insere em uma ampla tessitura que perpassa as relações de

¹ A referida polarização relaciona-se fundamentalmente à fragmentação social revelada pelos usos linguísticos, fenômeno que alija da sociedade uma gama de indivíduos e repertórios linguísticos e culturais.

² A caricaturização a que nos referimos vincula os usos não prestigiados da língua a imagens como as do “matuto”, a do caipira ou a do sertanejo, todas elas representativas da classe social e da baixa escolaridade.

produção material e de reprodução simbólica, interagindo com estereótipos que estão na base da construção da nacionalidade. Numa sociedade patrimonialista de tradição bacharelesca, o modelo ideal de língua não poderia deixar de ser rebuscado e artificial, engendrando uma primeira contradição entre as formas linguísticas renovadas que melhor expressam a dinâmica da cultura brasileira urbana e contemporânea, mesmo em sua expressão escrita, por um lado, e as filigranas parnasianas que foram a quintessência do discurso gramatical, por outro (LUCCHESI, 2015, p. 24).

Assim, é por intermédio de um celebrado e mítico purismo da língua, do *bacharelês*, conforme pontua Lucchesi (2015), que se instituiu uma espécie de fosso entre norma culta e norma vernacular, empreendimento político e ideológico que acaba por constituir a polarização sociolinguística no Brasil. Dito de outro modo, é essa relação desigual de forças, isto é, o rechaço da norma culta em relação à norma vernacular – em suas variadas manifestações – que estabelece o terreno para a manutenção de uma flagrante segregação social. A referida clivagem encontra, na seara da língua e de seus usos, importante materialidade, haja vista ser através dela que se revelam as questões de ordem econômica, cultural e social, elementos que, juntos, determinam doutos e “iletrados”, abastados e miseráveis.

Assim, é possível afirmarmos que as relações entretecidas na sociedade brasileira se apresentam marcadas por preceitos socioeconômicos e político-ideológicos que se revelam na própria concepção de língua, isto é, no estabelecimento do seguinte antagonismo: uma língua de poder (a dos doutos bacharéis) e a da população operária e assalariada, língua esta sempre tomada como corrompida. Tratando dessa questão assim se posiciona Lucchesi: “[...] se fosse possível definir essas relações em uma única fórmula, se poderia dizer que a língua no Brasil está profundamente partida, e essa partição nada mais é do que o resultado da violenta divisão que rasga a sociedade brasileira” (LUCCHESI, 2015, p. 21).

Ainda segundo o autor, o que há, de fato, nessa polarização sociolinguística brasileira é, por razões atreladas ao capital econômico, uma profunda vinculação ao capital simbólico dessa economia linguística; isto é, a preocupação em torno da variação linguística no Brasil se atrela muito mais à questão dos sujeitos que enunciam e os seus lugares sociais do que aos elementos linguísticos em si. Ainda considerando esses aspectos, Lucchesi pontua:

[...] essa divisão assenta menos nas diferenças entre o comportamento linguístico dos grupos sociais do que na forma como seus membros veem essas diferenças, ou seja. Ou seja, são menos divergências na competência e na performance do que na representação simbólica da língua e na ideologia de suas representações sociais. Do ponto de vista estritamente linguístico, as diferenças que separam a *norma culta* da *norma popular* no Brasil não são de grande monta, não afetam aspectos centrais da estrutura gramatical e, salvo em situações excepcionais, não compromete o entendimento entre utentes de uma e de outra (LUCCHESI, 2015, p. 21; ênfases do autor).

Assim, ao longo deste trabalho teremos como cerne a discussão em torno da variação linguística e dos elementos ideológicos que determinam a constituição da segregação da língua portuguesa falada no Brasil, isto é, da polarização sociolinguística brasileira e de suas implicações para as questões relacionadas à educação.

1 Norma padrão e variação linguística

A ideia de norma está associada às demandas de uma dada comunidade na demarcação/defesa de seu código de comunicação em relação às possíveis interferências e/ou transformações que poderiam “corromper” a “homogeneidade” dessa comunidade linguística. Nesse sentido, a ideia de norma parece estar sulcada pela perspectiva do social em Saussure, isto é, de um social idealizado, homogêneo e monoglóstico.

Há, na noção de norma, portanto, uma franca vinculação a uma espécie de *arbitragem dos usos*, procedimento que estabelece unidade ao meio de comunicação de determinada comunidade linguística. A esse respeito, o da perspectiva saussureana do social o autor comenta: “A língua forma um todo com a vida da massa social e esta, sendo naturalmente inerte, aparece antes de tudo como um fator de conservação” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 88). Seguindo esse mesmo postulado, o de estabelecer a língua como um compósito monocórdico de vozes sem levar em conta as variações e influências interindividuais, o autor segue afirmando: “[...] o fato social pode, por si só, criar um sistema linguístico. A coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 132).

Como se vê, a ideia de norma linguística estabelece uma clara associação ao corolário da tradição sistêmico-estruturalista saussureano, ou seja, alberga em sua filosofia a mesma perspectiva homogeneizante de língua. Na visão do linguista Eugênio Coseriu (1979), os elementos linguísticos da norma, os fatos normativos, são determinados pela tradição do uso linguístico, isto é, pelos processos reiterativos que acabam por constituir o hábito linguístico de uma dada comunidade. Isto dito, no seio de uma comunidade linguística, encontramos, via de regra, a coexistência de diferentes normas, a saber: a norma vernacular, a norma culta, a norma padrão, as linguagens das zonas rural e urbana, entre outras. Como sabemos, em meio a essa pletera de normas, destaca-se, de modo flagrante, a entronização da norma padrão determinada pelo cânone gramatical. Assim, sobrepondo-se às demais normas linguísticas, a norma padrão passa a gozar do status de língua modelar, instância tomada como a única forma de ascensão à economia das trocas linguísticas de que nos fala Pierre Bourdieu (1983).

Nesse sentido, o direito à fala, isto é, a saída da interdição do dizer, segundo a ótica da norma padrão, está diretamente relacionada ao capital simbólico agregado a essa norma. Contudo, no que concerne à questão linguística propriamente dita, o fenômeno da variação, longe de significar corrupção ou vilipêndio, atende a motivações tão naturais quanto os processos evolutivos dos organismos vivos. Isto dito, é possível nos alinharmos ao que diz Lucchesi acerca da ideia de variação. Segundo o autor, “[...] disfuncional não é a heterogeneidade linguística, disfuncional é a homogeneidade”³. Com o fito de tratar das questões que subjazem à noção de normatização da língua e seus fundamentos, Lucchesi (2015) segue afirmando:

O princípio básico da tradição gramatical é o de que os modelos da correção gramatical devem ser extraídos do cânone literário, da forma como usaram a língua os escritores clássicos. Assim, o ideal de língua deve ser buscado, em princípio, em algum ponto do passado, no qual a língua atingiu seu apogeu (LUCCHESI, 2015, p. 175).

Destarte há, na norma padrão, isto é, entre aqueles que ecoam uma decantada superioridade linguística, uma imediata associação/invocação aos textos

³ Citação originada de uma das aulas do professor Dante Lucchesi na disciplina Seminários Avançados III do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA.

considerados lapidares da língua, exemplos de correção e riqueza. No entanto, como pontua Lucchesi:

O problema é que, como toda manifestação concreta de língua é heterogênea, mesmo o uso refletido de escritores de uma determinada época contem estruturas variantes em certos aspectos da gramática. E esse problema se agrava à medida que a norma de referência gramatical se vai constituindo ao longo dos séculos, através da recolha de modelos linguísticos de várias épocas. Em outras palavras, a norma padrão não é sincrônica, é *pancrônica*. Assim, ao longo dos séculos, vai-se operando uma seleção nas formas que estão disponíveis no cânone literário segundo o arbítrio dos gramáticos [...] (LUCCHESI, 2015, p. 175; ênfase do autor).

Assim, de acordo com essa perspectiva ideológica, construto que determina o comportamento linguístico dos grupos sociais, é que compreendemos como são constituídos os parâmetros para a fixação da norma padrão e os modos como se perpetuam as concepções segregadoras da norma linguística de diferentes grupos sociais. Em oposição ao corolário estabelecido pela norma padrão, o linguista Carlos Alberto Faraco, tratando do conceito de língua, postula que “[...] uma língua é constituída por um conjunto de variedades”, ou ainda, “[...] não se pode definir uma língua como sendo apenas uma unidade da linguagem, pois ela é mais do que isso, ela é também uma entidade cultural e política” (FARACO, 2008, p. 31).

Assim, fica evidente a função primacial da norma no que concerne aos fatores linguísticos constituídos pela variada gama de contextos culturais, históricos, econômicos, políticos e sociais. Em outras palavras, podemos sintetizar a noção de norma a partir do que assinala Faraco, para quem “[...] norma designa um conjunto de fatores linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas de certa comunidade” (FARACO, 2008, p.40). Segundo o referido autor, apenas a discussão e consequente socialização das questões caras à variação linguística poderiam, via debate e problematização, instituir uma nova forma de compreender os usos linguísticos em suas variadas manifestações. Para o autor,

[s]ó um debate público, amplo e irrestrito, poderá desencadear o processo de necessário redesenho do padrão e da cultura linguística do país. Enquanto esse debate não ocorre, faríamos bem em, por exemplo, abolir as regras de colocação de pronomes, aceitar como padrão a variedade de regências de certos verbos corriqueiros na norma culta (por exemplo: assistir, aspirar, obedecer como transitivos diretos), institucionalizar a concordância variável em construções

com a palavra *se*, reconhecer a variação sintática dos pronomes pessoais (ele como objeto direto; *lhe* com verbos transitivos diretos; eu com preposição entre etc.), aceitar –como fazem os portugueses –a chamada mistura pronominal, admitir a concordância verbal variável em orações com o verbo à esquerda do sujeito, e assim por diante. Flexibilizando o padrão na prática, poderemos, então, dirigir nossos esforços no ensino e nas atividades cotidianas, para aquilo que de fato importa: o domínio das práticas socioculturais de leitura e de produção de textos (FARACO, 2002, p. 59-60).

É somente por intermédio desses esforços, ou seja, do desenvolvimento de um debate e de uma agenda pautada na heteroglossia constitutiva de nossa sociedade, que se poderá lograr êxito em relação às políticas de inclusão das diferentes identidades culturais no seio da sociedade e nas agências escolares onde ainda hoje, via de regra, são reproduzidos e fixados os mesmos parâmetros redutores da noção de língua. Assim, sem sopesar as questões relacionadas a essa reprodução de uma única norma linguística, norma que não reflete a realidade da imensa maioria dos grupos sociais no Brasil, as escolas seguem, de modo caudatário, o discurso hegemônico e unísono em torno do ensino e do uso de uma gramática castiça em detrimento de todas as outras possibilidades e normas da língua. Voltando-se para essa questão formativa relacionada à norma padrão, Lucchesi (2015) assevera:

No caso da formação da norma padrão brasileira, como se verá aqui, o parâmetro do discurso hegemônico da correção gramatical não era o português clássico, de Camões e de Vieira, e sim o português europeu, nas feições que este vinha assumindo na segunda metade do século XIX, fortemente distanciadas das feições que a língua estava adquirindo no Brasil. Na verdade, *o que guiava o julgamento gramatical era a visão dominante na época de que os modelos da cultura deveriam ser importados da Europa, que representava o ideal de civilização; e, em um nível mais profundo, refletia o projeto racista das classes dominantes brasileiras, que propugnavam por um branqueamento da sociedade* (LUCCHESI, 2015, p. 176; ênfase nossa).

Assim, a hegemonia da correção gramatical era justificada pelo *establishment* de ensino da língua a partir de uma pretensa necessidade de amaneirar-se aos elementos linguísticos externos (e “superiores”) quando comparados à realidade sociolinguística brasileira. O objetivo, portanto era o de lusitanizar uma língua brasileira já prenhe de identidade e pujança semiótica, ou como afirmou Lucchesi,

com motivações marcadamente vinculadas a um projeto racista de branqueamento e europeização da sociedade. Igualmente alinhado à crítica desse modelo transmissivo, parâmetro sulcado pela perspectiva de uma normatividade monológica padrão, Bagno (2002) sustenta:

De um lado, temos a norma-padrão lusitanizante, ideal de língua abstrato, usado como verdadeiro instrumento de repressão e policiamento dos usos linguísticos; do outro, temos as diversas variedades cultas, usos reais da língua por parte das classes sociais urbanas com escolaridade superior completa (BAGNO, 2002, p. 185).

Ou ainda,

A notável repulsa da elite brasileira por seu próprio modo de falar o português encarna, sem dúvida, a continuação no tempo *desse espírito colonialista, que se recusa atribuir qualquer valor ao que é autóctone, sempre visto como primitivo e incivilizado*. Já Fontes denunciava em 1945 que “esse desprezo de nossa língua anda sempre irmanado ao descaso por tudo o que ela representa: a gente e a terra do Brasil” (BAGNO, 2002, p. 180; ênfase nossa).

Desse modo, a determinação da norma padrão e de seu receituário pétreo, isto é, a gramática padrão, inscreve-se numa lógica segregacionista e eugenista, já que carrega como estandarte ideológico o desejo de fixar os parâmetros lusitanos e, portanto, eurocêntricos de língua num Brasil que já adquiriu em sua constituição linguística, étnica e cultural uma identidade miscigenada, cadinho de modos de ser e de dizer na(s) língua(s) brasileira(s). Negar essa conjuntura em favor de uma padronização linguística que alija e rechaça as variantes linguísticas é equivalente a uma reedição de caça às bruxas, em que se toma como “herético” todo aquele que não professa na “língua eldorado” representada pela gramática/norma padrão. Na seção a seguir, trataremos dessas feições mestiças do Brasil, da polarização sociolinguística e de suas implicações para a difusão da língua na seara do ensino.

2 A agência escola e a variação linguística: institucionalização da polarização sociolinguística

“[...] para ensinar a norma culta, não é preciso negar a identidade cultural do aluno e discriminar aqueles que fazem parte de seu universo cultural, como seus

pais e avós” (LUCCHESI, 2015, p. 14). Retomando a citação a Lucchesi feita na introdução desse trabalho, entrevemos na agência escolar, propagadora de uma ideologia ainda signatária da hegemonia monoglóssica da norma padrão, a reprodução do preconceito linguístico e de sua franca vinculação às questões sociais e étnicas refletidas e veiculadas pela língua.

A agência escola tem abraçado, como parâmetro para o ensino de língua portuguesa, a norma padrão e a conseqüente adoção da gramática normativa. Tais escolhas acabam por reiterar um posicionamento purista e anacrônico, dadas as evoluções e a organicidade das variantes linguísticas que coexistem com o que poderíamos chamar de *variante vedete*, ou seja, a norma padrão, posicionamento que rejeita e marginaliza todas as expressões variáveis da língua.

Assim, segundo Silva (2002), o rechaço que verificamos em relação à variação linguística se dá em virtude, principalmente, da perspectiva reducionista determinada pela gramática normativa, procedimento que detrata todo e qualquer fenômeno linguístico que divirja do que impõe o cânone da gramática padrão. Para o referido autor, a agência escola não oferece um “manual alternativo” que trate da variação linguística e que traga para a existência as variantes invisibilizadas pela tradição da norma padrão. É nesse sentido que observamos a prevalência sempre massiva da gramática como instrumento de cerceamento e interdição de outros falares e da reflexão crítica que poderia advir dessa discussão. Diante dessas asserções, alinhamo-nos ao que afirma Ichikawa (2003). Para o autor:

A linguagem, portanto, é mais uma maneira de integração e de aceitação dos membros que são incluídos de preencherem os requisitos ali apregoados. É um fato que se dá naturalmente e não uma escolha, o indivíduo incorpora sua marca linguística, sobretudo do meio em que vive (ICHIKAWA, 2003, p.44).

Contrariando essa perspectiva integrativa inerente à linguagem, o que temos na prática é o coro quase uníssono dos que ainda veem, na gramática normativa, uma espécie de bilhete de acesso rumo a uma língua eldorado. A agência escola, nesse sentido, na condição de lócus onde são transmitidas e reforçadas ideologias, acaba por perpetuar esse comportamento preciosista em torno da língua e, mais do que isso, em torno de todos os usos linguísticos que venham a “afrontar” a língua de Bilac e seus parnasianismos.

Na prática, o que temos observado em torno do ensino da língua portuguesa nas escolas Brasil afora, com raras exceções, é um completo alinhamento ao discurso excludente da “*intelligentsia*”, ou seja, um discurso que, travestido de “preocupação social” e em favor da inclusão do aluno nas instâncias formais de uso da língua padrão, promove o silenciamento e a interdição de uma profusão de falares e repertórios culturais. Outrossim, a mudança de foco no ensino de língua portuguesa no ensino básico, isto é, a deposição do tradicional ensino pautado majoritariamente em regras descontextualizadas, continua a reproduzir o modelo *standard* idealizado.

Quando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) apontam o texto como o epicentro do ensino da gramática, isto é, uma gramática contextualizada, o que prevalece nessa textualidade é o mesmo ideal de língua trazido pela gramática padrão, ou seja, contextualiza-se a gramática padrão pelo viés de um texto igualmente padronizado, procedimento que se incumbe da entronização dos elementos monoglóssicos e monoculturais de uma *variante vedete*. Destarte, os textos-padrão que reposicionam a gramática para as entrelinhas textuais, isto é, um ensino periférico do “receituário da língua padrão”, são incapazes de dar conta de outra periferia, a de falantes e seus usos linguísticos, as vozes que não ecoam nos livros didáticos para o ensino de língua portuguesa.

É, portanto, nessa perspectiva de glamourização de uma única variante e a consequente constituição de uma segregação social que, referindo-se ao grande rechaço do livro *Por uma vida melhor*⁴, por parte de inúmeros setores da sociedade, que Lucchesi (2015) pontua:

Alcança-se, assim, o terreno das determinações mais profundas do emblemático livro de português do MEC, “o livro que ensinava a falar errado” [...] Em sua amplitude e intensidade, a polêmica e torno do livro *Por uma vida melhor* se tornou um momento único em que se desnudaram as relações que unem língua e sociedade no Brasil (LUCCHESI, 2015, p. 21).

Assim, o que observamos na agência escola é uma total anuência para com os sistemas de reprodução, ou seja, há nessa instância uma ampla vinculação “[...]”

⁴ Livro de português do MEC, grandemente rechaçado por uma gama de setores sociais e que, dada a proposta de reconhecimento da pluralidade linguística da língua portuguesa, traria, de modo inovador, a possibilidade de reflexão e discussão em torno da diversidade de que se constitui a língua em suas várias manifestações e contextos de uso.

da realidade sociolinguística do Brasil e suas determinações, tanto no plano da infraestrutura socioeconômica quanto no plano da superestrutura político-ideológica” (LUCCHESI, 2015, p. 20). Nestes termos, o que temos na ambiência e na operacionalização do ensino de língua portuguesa no Brasil é uma espécie de *estrangeirização em terra própria*. Em outras palavras, alijar as variantes da língua portuguesa do cenário onde, em tese, se deve proporcionar a reflexão e o olhar desnaturalizado dos fenômenos da língua, é equivalente à estrangeirizar todas as manifestações que não estejam em conformidade com a língua do *status quo*. É subalternizar e desautorizar o direito à fala de uma imensa maioria, a mesma maioria que nunca se vê refletida nem no texto nem no contexto da sala de aula de língua portuguesa.

Isto dito, o que normalmente vislumbramos nas apreciações dos usos linguísticos que divergem da norma convencionalizada como padrão é uma estereotipagem derrisória que, valendo-se da presunção de um apuro e de um requinte linguísticos, institui uma espécie de “*chicobentização*” de todas as expressões linguísticas do português que não correspondam à língua da superestrutura, isto é, a instância na qual as variantes linguísticas, juntamente com seus usos, são reificadas e colocadas numa perspectiva de mais valia. Por esse raciocínio, o distanciamento das variantes marginalizadas do português e a emulação de uma norma padrão, é o que assegura visibilidade, e, conseqüentemente, uma maior escuta para com o sujeito que enuncia. Destarte, vale mais, no mercado linguístico de uma sociedade ainda dominada pelas oligarquias e ideologias segregacionistas, aquele que materializa uma gramática pretensamente escoreita e um uso “castiço” de língua.

Admitindo que a contenda em torno das variedades linguísticas no Brasil está atrelada às motivações étnicas, regionais e econômicas, é possível aditarmos que quanto menos negra, nordestina e periférica⁵, mais aproximado do ideal de língua estará o sujeito enunciador. Assim, alçada da posição de capital simbólico à de capital econômico, lega-se à variante normativa padrão a condição de comódite linguística, processo amplamente legitimado pela agência escola. Isto dito, alinhamo-nos a Antunes (2002), cujas considerações apontam para a

⁵ A menção às questões étnicas, regionais e econômicas está relacionada, sobretudo, ao processo de formação do português brasileiro e de suas matizes negras, indígenas e europeias ao longo de seu processo de formação.

impossibilidade de se lograr êxito no ensino da língua sem o estabelecimento de uma mudança na concepção de gramática, procedimento que, conforme visto anteriormente, esbarra numa tradição memorialista e bacharelesca de língua.

Antunes ainda salienta que “a gramática existe não em função de si mesma, mas em função do que as pessoas falam, ouvem, leem e escrevem nas práticas sociais de uso da língua” (ANTUNES, 2004, p. 89). Assim, se é ponto pacífico que as pessoas se expressam em conformidade com os seus contextos socioculturais, é verdade também que o *apartheid* sociolinguístico deriva, não da variação linguística propriamente dita, mas da representação simbólica dos usos desses grupos sociais e de seus lugares de fala, isto é, “[...] pela forma como seus membros veem essas diferenças” (LUCHESSI, 2015, p. 21). Cabe, portanto, à escola, o papel de promover e acolher a diversidade linguística de seus alunos de modo a estabelecer uma visão crítica, reflexiva, e porque não dizer, científica em torno do fenômeno da língua em suas variadas manifestações. É, pois, por meio dessa postura que o ensino de língua portuguesa poderá estabelecer uma mudança do paradigma monoglóssico para uma perspectiva inclusiva de língua e cultura, que nos permite entender que:

Do ponto de vista estritamente linguístico, as diferenças que separam a *norma culta* da *norma popular* no Brasil não são de grande monta, não afetam aspectos centrais da estrutura gramatical e, salvo em situações excepcionais, não comprometem o entendimento entre utentes de uma e de outra (LUCCHESI, 2015, p. 21).

Desse modo, caberá à escola, na pessoa do professor de língua portuguesa, o desmonte dessa visão polarizadora e excludente de língua, concepção que escamoteia outros preconceitos, conforme relatado anteriormente, e que vai de encontro àquilo que dizem os PCN em torno da noção de linguagem. Assim, como postulam os PCN:

Linguagem aqui se entenda no fundamental, como ação individual orientada por uma finalidade específica, um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos grupos de uma sociedade, nos momentos da sua história (BRASIL, 1998, p.20).

Ou adicionalmente:

Ao professor cabe planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno, informante e de interlocutor privilegiado,

que tematiza aspectos prioritários em função das necessidades dos alunos e de suas possibilidades de aprendizagem (BRASIL, 1998, p.22).

Tanto em uma quanto em outra citação aos parâmetros curriculares para o ensino de Língua Portuguesa, o que verificamos é uma clara menção à valorização das *práticas sociais expressas pelos diferentes grupos de uma sociedade*, além de uma preocupação com o desencadeamento da *ação e reflexão do aluno*. Desse modo, muito mais do que determinar as necessidades do aluno em termos de sua aprendizagem, é preciso que a agência escola compreenda que a ação reflexiva dos sujeitos em formação apenas toma corpo quando são trazidas para a arena discursiva da sala de aula todas as possibilidades de uso das *linguoculturalidades* desses sujeitos; isto posto, torna-se fulcral a adoção de um traçado de ações que, sem perder de vista a norma linguística que assegura e promove o seu trânsito nas esferas formais da sociedade, desnaturaliza⁶ e traz para a cena os repertórios linguísticos dos quais fazem parte diferentes grupos sociais.

Considerações finais

Tendo tratado das questões subjacentes aos julgamentos e rotulações em torno da língua portuguesa e de suas variantes, faz-se precíua uma compreensão acerca do processo de construção dessa língua e dos elementos constitutivos da segregação sociolinguística brasileira, fenômeno tratado por Lucchesi como “polarização sociolinguística”. A reflexão em torno dessa cisão sociolinguística auxilia, sobremaneira, no entendimento mais horizontalizado do que é variação na língua, bem como na constituição de enfrentamentos aos preconceitos revelados pela língua e por ela propagados. Assim, como definição para a questão da cisão sociolinguística no Brasil, tomamos as considerações de Lucchesi (2015) para quem

[a] polarização sociolinguística é ainda o traço que define centralmente a realidade social da língua no Brasil, sendo o reflexo, no plano linguístico, das profundas contradições que marcam a sociedade brasileira, sobretudo no plano econômico, em função da violenta concentração de renda e da superexploração do trabalho. Essa profunda clivagem socioeconômica se projeta no plano

⁶ A desnaturalização dos fenômenos sociais relaciona-se à historicidade dos fenômenos sociais. Em outras palavras, é considerar que os referidos fenômenos nem sempre acontecerem da forma descrita; é admitir que determinadas variações ou descontinuidades históricas são condicionadas a partir de decisões e interesses humanos.

ideológico das representações sociais da língua através do preconceito linguístico, que promove a forte discriminação das formas mais típicas da linguagem popular (LUCCHESI, 2015, p. 85).

Destarte, é por intermédio de uma agenda que fomente a discussão efetiva sobre o fenômeno da linguagem, sobretudo no cenário formativo da escola, que se pode lograr e/ou vaticinar as mudanças necessárias que culminam com o respeito à diversidade da sociedade brasileira em seus vários matizes de formação. Portanto, fica evidente que as apreciações ventiladas por leigos e “expertos” em relação ao fenômeno linguístico não deve prescindir de uma “contra-ofensiva” discursivo-ideológica que auxilie e garanta à sociedade brasileira um conhecimento mais amplo dos processos que determinam e legitimam esta ou aquela variante, este ou aquele repertório cultural. Desse modo, é pelo viés do ensino, como já dito anteriormente, que se pode estabelecer uma desconstrução do *zeitgeist* maniqueísta e excludente de nossa sociedade, substituindo-lhe por aquilo a que a língua alemã vem a chamar de *Weltanschauungen*, isto é de uma cosmovisão, uma visão de mundo que permita a apreciação do diverso e dos modos de expressão dessa diversidade nos variados contextos de uso da língua.

Referências

ANTUNES, I.C. No meio do caminho tinha um equívoco, gramática, tudo ou nada. In: BAGNO, Marcos (Org.) *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 127-134.

ANTUNES, I.C. *Aula de português: encontro e interação*. 2.ed. São Paulo: Parábola, 2004.

BAGNO, M. Língua, história e sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: BAGNO, M. (Org.) *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 179-199.

BOURDIEU, P. *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

COSERIU, E. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. Rio de Janeiro; São Paulo: Presença; Edusp, 1979.

ICHIKAWA, C. S. Variação linguística e o ensino de ortografia: uma variação teórica. *Unopar Científica: Ciências Humanas e Educação*, Londrina, v. 4, n. 1, p. 43-46, 2003. Disponível em: <<https://www12.unopar.br/unopar/pesquisa/rcArtigos.action>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 37-61.

LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015, v. 1.

SILVA, M. B. da. A escola, a gramática e a norma. In: BAGNO, M.(Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 253-265.

Recebido em 17/06/2016

Aprovado em 26/06/2016